

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

ANEXO II.E – APOIO TÉCNICO, AUDITOR INDEPENDENTE E VERIFICADOR INDEPENDENTE

MINUTA

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

O presente ANEXO estabelece os procedimentos referentes à contratação do APOIO TÉCNICO, do AUDITOR INDEPENDENTE e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, assim como complementa a disciplina do CONTRATO sobre as atribuições, obrigações e prerrogativas aplicáveis a estes.

Para os fins deste ANEXO, quando referidos em conjunto, AUDITOR INDEPENDENTE e VERIFICADOR INDEPENDENTE serão denominados como FISCALIZADORES.

Os termos definidos utilizados neste ANEXO terão o mesmo significado a eles atribuídos no CONTRATO, quando ali definidos.

1. Obrigações da CONCESSIONÁRIA perante os FISCALIZADORES e o APOIO TÉCNICO

- 1.1. A CONCESSIONÁRIA facultará aos FISCALIZADORES e ao APOIO TÉCNICO, quando no exercício das funções que lhe são atribuídas no CONTRATO e neste ANEXO, o livre acesso, por meio físico ou através de sistema informatizado em ambiente WEB, a qualquer tempo, às áreas, instalações e locais da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA e da ÁREA DA CONCESSÃO, bem como aos livros, registros e documentos relacionados às atividades e serviços abrangidos pela CONCESSÃO PATROCINADA, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.
- 1.2. A remuneração dos FISCALIZADORES e do APOIO TÉCNICO será paga pela CONCESSIONÁRIA de forma independente, não estando vinculada a eventual concordância de qualquer das PARTES quanto aos respectivos laudos, relatórios, pareceres e CERTIFICAÇÕES emitidos, mas apenas ao regular e adequado desempenho das suas funções descritas no CONTRATO e neste ANEXO.
 - 1.2.1. Deverá constar, expressamente, dos contratos a serem firmados entre a CONCESSIONÁRIA e os FISCALIZADORES, e entre aquela e o APOIO TÉCNICO, que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo do seu trabalho não ensejarão a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos sobre sua remuneração.
- 1.3. As atividades dos FISCALIZADORES devem ser exercidas de modo equidistante das PARTES, devendo a entrega de pareceres, laudos técnicos e análises se dar diretamente e ao mesmo tempo a ambas as PARTES, não podendo ser exigida prévia ciência ou aprovação de seu conteúdo pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA.
 - 1.3.1. Deverá ser assegurada ampla transparência aos pareceres e laudos emitidos pelos FISCALIZADORES.
- 1.4. A CONCESSIONÁRIA não está contratualmente obrigada a ceder espaço em suas dependências com infraestrutura (mobiliário, acesso à internet, energia, etc.) para a

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

acomodação das equipes dos FISCALIZADORES e do APOIO TÉCNICO, bem como a fornecer qualquer tipo de EPI ou instrumentos/equipamentos necessários para a realização das atividades dos FISCALIZADORES e do APOIO TÉCNICO, garantidas as condições de acesso, especialmente previstas no item 1.1 deste ANEXO, e programação de convivência de que trata o ANEXO III.B.

2. Atribuições, atuação e obrigações do AUDITOR INDEPENDENTE

2.1. Sem prejuízo de outras atividades que lhe sejam atribuídas no CONTRATO e nos demais ANEXOS, compete ao AUDITOR INDEPENDENTE desempenhar as seguintes atribuições:

2.1.1. Avaliar os BENS INTEGRANTES transferidos à CONCESSIONÁRIA, emitir laudos técnicos acerca do tema, apontando eventuais passivos e não conformidades eventualmente associados a estes ativos e indicar, conforme o caso, o custo para saneamento de tais contingências;

2.1.2. Atuar no processo de transferência da INFRAESTRUTURA EXISTENTE à CONCESSIONÁRIA, realizando, em especial, as seguintes atividades, dentre outras previstas no CONTRATO:

(i) Conferência das condições de recebimento da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, com (a) a apresentação de posicionamento técnico e identificação de eventuais vícios, defeitos, e passivos de qualquer natureza; (b) a realização de perícia de engenharia, testes e ensaios, quando necessário;

(ii) Emissão do relatório referido na Cláusula 17.1.2 do CONTRATO, indicando eventuais divergências entre: (a) as condições reais de entrega da INFRAESTRUTURA EXISTENTE à CONCESSIONÁRIA; e (b) as condições da INFRAESTRUTURA EXISTENTE verificáveis a partir dos ANEXOS do CONTRATO, dos ESTUDOS DE VIABILIDADE, das VISITAS TÉCNICAS, realizadas durante a LICITAÇÃO, e de estudos que pudessem ser realizados pela ADJUDICATÁRIA à época da licitação;

(iii) Análise de eventuais divergências ou apontamentos feitos pelas PARTES em relação ao relatório referido no item (ii);

(iv) Proposição ao PODER CONCEDENTE de eventuais alterações no INVENTÁRIO, quando o caso;

(v) Sugestão (i) do endereçamento de soluções ao tratamento de não conformidades verificadas na INFRAESTRUTURA EXISTENTE, sem prejuízo da atuação do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA e da análise realizada pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE; e (ii) de estimativa de custos para a execução, pela CONCESSIONÁRIA, das atividades necessárias à superação das divergências entre as condições de entrega da

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

INFRAESTRUTURA EXISTENTE e os parâmetros estabelecidos no CONTRATO, caso tais atividades venham a ser delegadas à CONCESSIONÁRIA;

(vi) Proposição ao PODER CONCEDENTE de alterações ao TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, quando o caso;

(vii) Apoio ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA no desempenho de suas atribuições;

(viii) Avaliação da aptidão da CONCESSIONÁRIA, ou, quando o caso, do OPERADOR SUBCONTRATADO para iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, verificação do atendimento das exigências previstas no CONTRATO, e CERTIFICAÇÃO acerca do tema; e

(ix) Verificação da obtenção, pela CONCESSIONÁRIA, de toda a documentação necessária ao início da OPERAÇÃO, a exemplo de LICENÇAS AMBIENTAIS, AVCBs, Alvarás de Funcionamento, Certificações de Segurança e demais documentos exigidos no CONTRATO.

2.1.3. Atuar no processo de acompanhamento da execução e CERTIFICAÇÃO da conclusão da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA pela CONCESSIONÁRIA, realizando, em especial, as seguintes atividades, dentre outras previstas no CONTRATO e nos demais ANEXOS:

(i) Avaliar os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS elaborados pela CONCESSIONÁRIA para os EMPREENDIMENTOS e emitir laudo ou relatório técnico de CERTIFICAÇÃO a respeito do tema e analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES acerca dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS;

(ii) Avaliar os PROJETOS BÁSICOS e os PROJETOS EXECUTIVOS elaborados pela CONCESSIONÁRIA para os EMPREENDIMENTOS e, por meio de laudos ou relatórios técnicos: (a) atestar a conformidade dos projetos, e emitir CERTIFICAÇÃO; ou (b) em caso de não conformidade, descrever as inconformidades e as alternativas para saneamento, devendo ainda reavaliar os projetos ajustados e analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES acerca dos PROJETOS BÁSICOS e PROJETOS EXECUTIVOS;

(iii) Aferir o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das etapas de execução dos EMPREENDIMENTOS e das especificações técnicas constantes do CONTRATO e de seus ANEXOS, das normas nacionais e internacionais, assim como das técnicas e métodos aplicáveis, e, por meio de relatórios técnicos: (a) atestar a conformidade dos EMPREENDIMENTOS e emitir correspondente CERTIFICAÇÃO; ou (b) em caso de não conformidade, descrever as inconformidades e as alternativas para saneamento, devendo ainda reavaliar as obras refeitas e analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES acerca

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

dos EMPREENDIMENTOS;

(iv) Acompanhar o andamento dos EMPREENDIMENTOS, vistoriar as obras, indicar eventuais correções a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA e emitir laudos técnicos de CERTIFICAÇÃO, bem como laudos intermediários, quando da entrega preliminar de equipamentos e/ou obras;

(v) Avaliar propostas alternativas de especificações, condições mandatórias e técnicas alternativas para os PROJETOS BÁSICOS, os PROJETOS EXECUTIVOS e para os próprios EMPREENDIMENTOS;

(vi) Avaliar o cumprimento dos EVENTOS DE PAGAMENTO necessários ao pagamento do APORTE e analisar os documentos de medição enviados pela CONCESSIONÁRIA; e

(vii) Certificar a conclusão integral e adequada dos EMPREENDIMENTOS de implantação da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, viabilizando a emissão do TERMO DE NÃO OBJEÇÃO DA INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA;

2.1.4. Certificar o cumprimento das obrigações previstas na FASE PRÉ-OPERACIONAL da INFRAESTRUTURA EXISTENTE e das FASES DE PRÉ-CONSTRUÇÃO e PRÉ-OPERACIONAL da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, para início da OPERAÇÃO COMERCIAL;

2.1.5. Avaliar a aptidão da CONCESSIONÁRIA para, na hipótese prevista na Cláusula 39 do CONTRATO, realizar a OPERAÇÃO COMERCIAL sem a necessidade de supervisão técnica pelo OPERADOR SUBCONTRATADO e emitir CERTIFICAÇÃO acerca do tema;

2.1.6. Elaborar o RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE e o RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS DA INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA e apontar medidas necessárias para correção dos PASSIVOS AMBIENTAIS identificados;

2.1.7. Atuar em processos de adição de INFRAESTRUTURA INCORPORADA ao objeto da CONCESSÃO, realizando, em especial, as seguintes atividades, dentre outras previstas no CONTRATO:

(i) Avaliar projetos e documentação técnica encaminhados pelo PODER CONCEDENTE ou por TERCEIRO INTERESSADO;

(ii) Acompanhar a execução de obras de eventual INFRAESTRUTURA INCORPORADA;

(iii) Vistoriar as obras de eventual INFRAESTRUTURA INCORPORADA, após

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

sua conclusão, e identificar eventuais defeitos, vícios ou desconformidades nas obras em relação aos projetos aprovados e aos INDICADORES DE DESEMPENHO; e

(iv) Acompanhar o processo de emissão, pelo PODER CONCEDENTE, do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA, quando o caso, e do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA;

- 2.1.8. Atuar no processo de recebimento das INTERVENÇÕES sob responsabilidade do PODER CONCEDENTE, desempenhando as mesmas atribuições previstas nos itens (ii) a (iv) acima;
- 2.1.9. Analisar e se manifestar sobre o PLANO DE REASSENTAMENTO encaminhado pela CONCESSIONÁRIA, analisando eventuais apontamentos das PARTES acerca do PLANO DE REASSENTAMENTO, bem como avaliar eventual nova estimativa de custo para promoção das ações de reassentamento após a realização do cadastro das famílias a serem reassentadas, nos termos das Cláusulas 46.2.1 e 46.3.1 do CONTRATO;
- 2.1.10. Estabelecer programa de acompanhamento e auditoria da prestação dos SERVIÇOS, baseado no PLANO DE INVESTIMENTOS e no PROGRAMA DE EXECUÇÃO;
- 2.1.11. Acompanhar a TRANSIÇÃO OPERACIONAL, avaliar o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das condições para emissão do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO e no TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO e emitir CERTIFICAÇÃO acerca do tema;
- 2.1.12. Emitir relatórios de conformidade quanto ao cumprimento das normativas aplicáveis, nas condições e especificações contidas no CONTRATO;
- 2.1.13. Acompanhar a reposição, pela CONCESSIONÁRIA, de BENS REVERSÍVEIS alienados ou substituídos;
- 2.1.14. Certificar a viabilidade de OPERAÇÃO COMERCIAL ANTECIPADA, sem prejuízo à conclusão tempestiva e adequada das atividades não finalizadas da FASE DE CONSTRUÇÃO ou da FASE PRÉ-OPERACIONAL da INFRAESTRUTURA CONSTRUÍDA;
- 2.1.15. Avaliar a documentação apresentada pela CONCESSIONÁRIA a respeito da ocorrência dos eventos de risco compartilhado descritos na Cláusula 47.10 do CONTRATO e analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES sobre o tema;
- 2.1.16. Acompanhar a situação geológica da ÁREA DA CONCESSÃO durante as

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, emitindo o relatório descrito na Cláusula 47.10.5.1 do CONTRATO, devendo analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES sobre o tema; e

- 2.1.17. Analisar e certificar a proposta de INVESTIMENTOS ADICIONAIS apresentada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 53 do CONTRATO, e emitir CERTIFICAÇÃO a respeito do tema.
- 2.2. A atuação do AUDITOR INDEPENDENTE ocorrerá por escopo, em momentos e períodos distintos, devendo:
 - 2.2.1. Ter início em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE ASSINATURA e perdurar até que se completem os trabalhos relativos ao último INVESTIMENTO e à última INTERVENÇÃO, observado o item 5.10.1;
 - 2.2.2. Ser retomada em casos pontuais e eventuais de inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, ou da INFRAESTRUTURA INCORPORADA, bem como de desempenho da atribuição referida no item 2.1.12, se e quando o caso; e
 - 2.2.3. Ser retomadas nas atividades de DESMOBILIZAÇÃO, para reversão da CONCESSÃO PATROCINADA ao PODER CONCEDENTE, perdurando até que se complete esta etapa.
 - 2.2.4. Caso, no decorrer do CONTRATO e fora dos momentos e períodos acima citados, surjam questões que demandem pronunciamento do AUDITOR INDEPENDENTE, a CONCESSIONÁRIA providenciará sua contratação para atuação na questão específica, com base nas regras deste ANEXO.
- 2.3. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá:
 - 2.3.1. Cumprir suas obrigações descritas no CONTRATO e nos ANEXOS;
 - 2.3.2. Dispor de um sistema informatizado em plena operação em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades a seu cargo, com o monitoramento e fiscalização da implantação dos EMPREENDIMENTOS e dos INVESTIMENTOS em todas as suas fases, para suporte executivo à gestão dos serviços relacionados que represente, a cada instante e de maneira compreensível e eficaz, o real estado do andamento dos EMPREENDIMENTOS e dos INVESTIMENTOS, em todos os aspectos, incluindo serviços de obras, projeto, fabricação, instalação e testes de equipamentos, de sistemas e de aquisição e remobilização de MATERIAL RODANTE, bem como quanto a questões ambientais. Esse sistema deve atender ambiente web para ser operado pelo AUDITOR INDEPENDENTE e irrestritamente acessado para consulta pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA; e
 - 2.3.3. Seguir as melhores práticas de acompanhamento do Project Management

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

Institute - PMI® no desenvolvimento de suas atividades. Para tanto deverá, obrigatoriamente, apresentar todos os modelos e metodologias para acompanhamento dos EMPREENDIMENTOS e dos INVESTIMENTOS, tendo como referencial o PMBook com certificação válida e adequada, ou profissional habilitado em gestão de projetos (pós-graduado/mestrado/doutorado) em instituição reconhecida e com certificação válida e adequada. Todo o acompanhamento tecnológico dos EMPREENDIMENTOS e dos INVESTIMENTOS deverá ser monitorado e controlado por profissional com as características acima, sem prejuízo do regular exercício do PODER CONCEDENTE na ampla e completa fiscalização do CONTRATO.

3. Atribuições, atuação e obrigações do VERIFICADOR INDEPENDENTE

- 3.1. Compete ao VERIFICADOR INDEPENDENTE avaliar o desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS, verificando o grau de atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, na forma prevista no CONTRATO e no ANEXO III.D.
- 3.2. Para o desempenho de suas funções, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá coletar as informações necessárias à apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, inclusive por meio de medições de campo e inspeções *in loco*, para, a partir destas informações, elaborar relatórios e laudos técnicos com a apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, devendo ter, para tanto, acesso a toda a base de dados da CONCESSÃO PATROCINADA, promovendo a integração das equipes das PARTES e alinhamento em relação às melhores práticas a serem adotadas no acompanhamento e conferência dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
 - 3.2.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE também poderá, quando o caso, exigir o envio de informações pela CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no CONTRATO.
- 3.3. No exercício de suas atividades, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá produzir relatórios, com a periodicidade exigida no CONTRATO e no ANEXO III.D, contendo as informações obtidas nos termos do item 3.2 deste ANEXO, para então apresentar a apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO e o cálculo do CMD, observadas as regras previstas no CONTRATO e no ANEXO III.D.
- 3.4. Caso venha a ser solicitado pelo PODER CONCEDENTE, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá: (a) homologar o sistema informatizado de que trata o Anexo III.A, (b) realizar auditorias, a qualquer tempo, nos dados provenientes do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO, no que se refere a movimentação de passageiros nas estações e transferências; e (c) auditar, a qualquer tempo, a execução dos PLANOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO e suas revisões, conforme indicado no item 7.1 e 7.3 do Anexo III.A.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

- 3.5. O PODER CONCEDENTE possui a prerrogativa de acompanhar o processo de mensuração de desempenho realizado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, por meio de auditorias e/ou do APOIO TÉCNICO, bem como de realizar visitas técnicas ou solicitações de quaisquer informações concernentes ao CONTRATO.
- 3.6. O VERIFICADOR INDEPENDENTE atuará durante todo o período da OPERAÇÃO COMERCIAL, iniciando suas atividades quando da ENTREGA E RECEBIMENTO DAS CHAVES.

4. Atribuições, atuação e obrigações do APOIO TÉCNICO

- 4.1. O APOIO TÉCNICO atuará na CONCESSÃO PATROCINADA como agente de apoio técnico e tecnológico ao PODER CONCEDENTE, subsidiando-o no processo de tomada de decisões e no monitoramento e fiscalização, quanto ao cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da regulação, dos normativos e das especificações contratuais que lhe sejam aplicáveis.
- 4.2. Sem prejuízo de outras atividades que lhe sejam atribuídas no CONTRATO e nos demais ANEXOS, compete ao APOIO TÉCNICO desempenhar as seguintes atribuições:
 - 4.2.1. Elaborar relatórios técnicos para subsidiar o processo de tomada de decisão do PODER CONCEDENTE, conforme sua solicitação, inclusive nas manifestações de não objeção previstas no CONTRATO, nos ANEXOS e nas análises de manifestações do AUDITOR INDEPENDENTE e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, ainda que não haja menção expressa no CONTRATO e demais ANEXOS;
 - 4.2.2. Apoiar a CMCP e o COMITÊ DE CONVIVÊNCIA em seus processos de tomada de decisão;
 - 4.2.3. Avaliar CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, PROJETOS BÁSICOS e PROJETOS EXECUTIVOS, acompanhar o INVENTÁRIO, os EMPREENDIMENTOS, os INVESTIMENTOS e os INVESTIMENTOS ADICIONAIS, com emissão de relatórios e laudos de conformidade, subsidiando o PODER CONCEDENTE quanto à emissão: (a) do TERMO DE ACEITE DA INFRAESTRUTURA CONSTRUÍDA; (b) do TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE; (c) do TERMO DE ENTREGA DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE; (d) do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA; (e) do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA; (f) do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO; e (g) do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO.
 - 4.2.4. Subsidiar o PODER CONCEDENTE, com relatórios técnicos, na análise de propostas alternativas dos INVESTIMENTOS, devendo tais propostas estar

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

acompanhadas, também, de laudo do AUDITOR INDEPENDENTE.

- 4.2.5. Elaborar relatórios de conformidades quanto ao cumprimento das normativas, dos regramentos contratuais, de eventuais atos de delegação e de admissão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, para subsidiar o processo de tomada de decisão do PODER CONCEDENTE; e
- 4.2.6. Elaborar relatórios de análise contábil, de regularidade fiscal e de conformidade das demonstrações de resultados, dentre outras análises fiscais e contábeis.
- 4.3. O atraso por parte do APOIO TÉCNICO na entrega de relatórios, laudos, pareceres e quaisquer outros elementos solicitados pelo PODER CONCEDENTE para subsidiar seu processo de tomada de decisão não o exime de cumprir seus prazos de aprovação, não objeção ou deliberação aplicáveis, submetendo-se o PODER CONCEDENTE a eventuais consequências aplicáveis à não manifestação dentro do respectivo prazo.
- 4.4. A atuação do APOIO TÉCNICO ocorrerá durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO PATROCINADA, da seguinte forma:
 - 4.4.1. Terá início em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE ASSINATURA; e
 - 4.4.2. Será reduzida a partir de 6 (seis) meses contados da conclusão das atividades voltadas aos trabalhos relativos ao último INVESTIMENTO e à última INTERVENÇÃO, considerando a conclusão das atividades descritas nos itens 4.2.3, “a” a “c” deste ANEXO. A partir de então, somente as atividades restantes serão desempenhadas.

5. Disposições Gerais para Contratação dos FISCALIZADORES e do APOIO TÉCNICO

- 5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para prévia homologação pelo PODER CONCEDENTE, em até 15 (quinze) dias corridos contados da DATA DE ASSINATURA, em documentos apartados, lista contendo pelo menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas para cada uma das funções previstas neste ANEXO, devendo estas reunir as condições mínimas previstas no item 6 deste ANEXO.
 - 5.1.1. A contratação do APOIO TÉCNICO, do AUDITOR INDEPENDENTE e do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser concluída em até 60 (sessenta) dias contados a partir da DATA DE ASSINATURA.
- 5.2. A CONCESSIONÁRIA poderá indicar uma mesma empresa ou consórcio de empresas para exercer as funções de AUDITOR INDEPENDENTE e de VERIFICADOR INDEPENDENTE. O APOIO TÉCNICO deverá ser prestado, necessariamente, por empresa ou consórcio de empresas distinto daquela(s) que exercer(em) as atribuições de AUDITOR INDEPENDENTE e de VERIFICADOR

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

INDEPENDENTE.

- 5.3. Para comprovação do atendimento aos requisitos do item 6 deste ANEXO para os FISCALIZADORES e APOIO TÉCNICO referentes à equipe técnica, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, conjuntamente às listas, documento demonstrando que as empresas indicadas possuem, em seu corpo técnico, profissionais que atendam aos parâmetros mínimos estabelecidos no item 6 deste ANEXO.
- 5.4. O PODER CONCEDENTE deverá no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da apresentação da lista pela CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens 5.1 e 5.2 deste ANEXO, deverá homologar as empresas e/ou consórcio de empresas indicadas que atendam às exigências constantes do item 6 deste ANEXO.
- 5.4.1. O PODER CONCEDENTE poderá, de forma justificada, excluir da seleção de empresas e/ou consórcio de empresas aqueles que possivelmente tenham conflitos de interesse com a prestação dos SERVIÇOS, que possam comprometer sua independência e imparcialidade.
- 5.4.2. Caso o PODER CONCEDENTE rejeite, integralmente, alguma das listas de empresas ou consórcio de empresas apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou todas elas, ou, ainda, homologue menos que 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada lista, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar outra(s) lista(s) com indicações complementares, e assim sucessivamente, até que o PODER CONCEDENTE realize a homologação de um número mínimo de 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada lista indicada pela CONCESSIONÁRIA, para desempenho das funções de AUDITOR INDEPENDENTE, VERIFICADOR INDEPENDENTE E APOIO TÉCNICO, recontando-se os prazos inicialmente estabelecidos neste item 5 a partir da rejeição do PODER CONCEDENTE.
- 5.4.3. A rejeição pelo PODER CONCEDENTE da(s) empresa(s)/consórcio(s) constantes da(s) lista(s) apresentadas pela CONCESSIONÁRIA deverá ocorrer sempre de maneira motivada e fundamentada, mediante a indicação do requisito no item 6 deste ANEXO não atendido pela(s) empresa(s)/consórcio(s) indicadas pela CONCESSIONÁRIA.
- 5.4.4. Caso sejam homologadas ao menos 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada uma das listas, considerando, inclusive, eventuais indicações complementares que se façam necessárias, o PODER CONCEDENTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da homologação mínima exigida, de acordo com normatização a ser fixada pelo PODER CONCEDENTE, definindo critérios específicos para a escolha, tendo inclusive como prerrogativa o sorteio com a participação das PARTES, eleger, em cada lista, uma das empresas ou consórcio de empresas homologadas para que seja contratada pela CONCESSIONÁRIA nas respectivas funções de VERIFICADOR

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

INDEPENDENTE, AUDITOR INDEPENDENTE ou APOIO TÉCNICO, ainda que o contrato preveja início de sua eficácia apenas a partir dos marcos temporais estabelecidos nos itens 2.3, 3.6 e 4.4 deste ANEXO.

- 5.4.4.1. Caso inexista a normatização prevista no item 5.4.4 deste ANEXO no momento da escolha do PODER CONCEDENTE, a eleição será feita por sorteio, em procedimento público a ser realizado em data previamente publicada no Diário Oficial do Estado, para o qual será convidada a CONCESSIONÁRIA.
- 5.4.5. Caso o PODER CONCEDENTE não se manifeste no prazo estipulado no item 5.4.4 deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA fica autorizada a selecionar e contratar uma das empresas ou consórcio de empresas que foram homologadas pelo PODER CONCEDENTE, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do esgotamento do prazo previsto no item 5.4.4 deste ANEXO, tendo o PODER CONCEDENTE a prerrogativa de exercer o direito previsto no item 5.9 deste ANEXO.
- 5.5. A CONCESSIONÁRIA não estará sujeita às penalidades decorrentes da não contratação dos FISCALIZADORES e/ ou APOIO TÉCNICO até que se dê a manifestação do PODER CONCEDENTE, aludida no item 5.4.4 deste ANEXO, ressalvado o disposto no item 5.4.6 deste ANEXO.
- 5.6. Poderá ser aplicada penalidade à CONCESSIONÁRIA quando for demonstrado que a necessidade de reiteradas indicações complementares, motivada pelas sucessivas indicações que não satisfaçam aos requisitos dispostos no item 6 deste ANEXO, e que, portanto, inviabilizem o atendimento do número mínimo exigido de empresas ou consórcio de empresas homologadas, tenha decorrido de conduta de má-fé, dolo ou culpa da CONCESSIONÁRIA, apurada após regular procedimento administrativo, buscando adiar o início do prazo que lhe cabe para realizar contratação de cada função aludida neste ANEXO. O PODER CONCEDENTE constará como interveniente dos contratos a serem firmados em decorrência deste ANEXO.
- 5.7. Caso os contratos não sejam firmados no prazo previsto no item 5.1.1 deste ANEXO por fato imputável ao PODER CONCEDENTE, os EMPREENDIMENTOS terão sua execução continuada conforme os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, sem que haja responsabilização da CONCESSIONÁRIA por eventual atraso na certificação das obras entregues ou não verificação dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 5.8. No prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura dos respectivos contratos, os FISCALIZADORES e o APOIO TÉCNICO deverão apresentar plano de trabalho que será analisado pelo PODER CONCEDENTE em prazo razoável, para verificar a sua compatibilidade com as diretrizes previstas no CONTRATO e nos Anexos.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

- 5.8.1. O plano de trabalho a ser apresentado pelo AUDITOR INDEPENDENTE deverá contemplar a metodologia a ser aplicada na condução dos trabalhos de CERTIFICAÇÃO e demais atribuições referidas no CONTRATO e em seus ANEXOS.
- 5.8.2. O plano de trabalho a ser apresentado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá contemplar a metodologia a ser aplicada na aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, tendo como referência o ANEXO III.D.
- 5.8.3. O plano de trabalho a ser apresentado pelo APOIO TÉCNICO deverá contemplar a metodologia a ser aplicada para o auxílio técnico e tecnológico ao PODER CONCEDENTE.
- 5.9. O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de solicitar à CONCESSIONÁRIA que encerre quaisquer dos contratos firmados com os FISCALIZADORES ou com o APOIO TÉCNICO, mediante justificativa técnica e fundamentada, como, por exemplo, a constatação da emissão de informações não fidedignas ou de qualidade duvidosa por quem exerça qualquer daquelas funções.
- 5.9.1. Nas hipóteses dos itens 5.4.5 e 5.9 deste ANEXO, o PODER CONCEDENTE deverá selecionar nova empresa ou consórcio de empresas, dentre as opções já homologadas, desde que ainda cumpram os requisitos aqui previstos, assegurando-se o direito da CONCESSIONÁRIA, a seu critério, optar por substituir a lista de empresas, na forma do item 5.1 deste ANEXO, contando-se os prazos estabelecidos no item 5.1 a partir da determinação do PODER CONCEDENTE de início de novo processo.
- 5.9.2. Caso as demais empresas ou consórcios de empresas indicadas na lista homologada em questão não cumpram mais os requisitos demandados neste ANEXO, deverá ser reiniciado o processo mencionado no item 5.1 deste ANEXO, com apresentação de nova lista ao PODER CONCEDENTE.
- 5.9.3. Eventuais custos decorrentes da rescisão de quaisquer dos contratos regulados por este ANEXO deverão ser suportados pela CONCESSIONÁRIA, exceto no caso em que a substituição decorrer da condição prevista no item 5.4.5 deste ANEXO.
- 5.9.4. A substituição dos FISCALIZADORES ou do APOIO TÉCNICO não os exime da(s) responsabilidade(s) que até então tenham assumido.
- 5.10. Os contratos firmados com os FISCALIZADORES e com o APOIO TÉCNICO terão prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis de comum acordo pelas PARTES. Após o término destes contratos, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar novas empresas ou consórcios de empresas para exercer tais funções, conforme o caso, devendo as equipes das novas empresas contratadas ser integradas por profissionais

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

distintos daqueles que integraram as equipes dos FISCALIZADORES e do APOIO TÉCNICO anteriores.

- 5.10.1. Sem prejuízo do regramento previsto no item anterior, o prazo de vigência do contrato com o AUDITOR INDEPENDENTE deverá ser suficiente para assegurar a atuação nos momentos indicados no item 2.2, considerando que sua atuação ocorrerá por escopo em momentos e períodos distintos, não sendo necessário manter o contrato vigente ao longo de todo o período de vigência do CONTRATO, ressalvando-se o dever da CONCESSIONÁRIA de contratar o AUDITOR INDEPENDENTE sempre que for necessária a sua atuação, nos termos do CONTRATO e deste ANEXO.
- 5.11. Em até 3 (três) meses antes do término dos contratos celebrados em decorrência deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá iniciar procedimento de seleção, mediante submissão das empresas selecionadas ao PODER CONCEDENTE:
 - 5.11.1. de novo AUDITOR INDEPENDENTE, caso não tenha havido até aquela data a finalização dos INVESTIMENTOS e das INTERVENÇÕES, e o respectivo término do escopo de trabalho definido, nos termos deste ANEXO;
 - 5.11.2. de novo VERIFICADOR INDEPENDENTE, caso até aquela data ainda estejam sendo prestados os SERVIÇOS; e
 - 5.11.3. de novo APOIO TÉCNICO, caso até aquela data ainda estejam sendo prestados os SERVIÇOS.
 - 5.11.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, ainda, atender ao disposto no PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO aprovado pelo PODER CONCEDENTE quanto à contratação de novo AUDITOR INDEPENDENTE para acompanhar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE, providenciando a contratação de AUDITOR INDEPENDENTE nos termos deste ANEXO.
- 5.12. Caso a CONCESSIONÁRIA não atenda aos prazos estabelecidos neste ANEXO, estará sujeita às penalidades previstas no CONTRATO e no Anexo V.
- 5.13. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA poderão solicitar, a qualquer tempo, informações ou esclarecimentos diretamente aos FISCALIZADORES, circunstância em que estes deverão encaminhar quaisquer relatórios, laudos, informações ou esclarecimentos, simultaneamente, a ambas as PARTES, sem ciência ou anuência prévia de qualquer delas, incluindo a própria solicitante do relatório, laudo, informação ou esclarecimento.
- 5.14. Eventual interesse da CONCESSIONÁRIA em rescindir o contrato com os FISCALIZADORES ou com o APOIO TÉCNICO deverá ser submetido previamente à manifestação do PODER CONCEDENTE, com apresentação dos respectivos

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

fundamentos.

- 5.15. Havendo, através do respectivo processo administrativo, a demonstração do envolvimento, em conluio, da CONCESSIONÁRIA, de seus representantes, de seus prepostos e/ou de seus empregados junto aos FISCALIZADORES e/ou ao APOIO TÉCNICO, visando ao desempenho fraudulento de suas funções e obrigações, segundo o que dispõe o CONTRATO e seus ANEXOS, serão adotadas as cominações cíveis e penais no âmbito judicial e da comunicação obrigatória à entidade credenciadora em relação a todos os envolvidos, assim compreendidos, inclusive, quando envolvidos os FISCALIZADORES e/ou o APOIO TÉCNICO, sem prejuízo das sanções administrativas impositivas à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e do ANEXO V.

6. Requisitos mínimos para contratação dos FISCALIZADORES e do APOIO TÉCNICO

- 6.1. Somente poderão ser homologadas, nos termos do item 5.4 deste ANEXO, e contratadas, quando eleitas pelo PODER CONCEDENTE para desempenharem as funções de FISCALIZADORES e de APOIO TÉCNICO, as empresas e/ou os consórcios de empresas que atenderem aos seguintes requisitos mínimos:
- 6.1.1. Não estar no cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do ESTADO, decorrente do artigo 87, inciso III, e do artigo 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ou, ainda, do artigo 47 da Lei Federal nº 12.462/2011;
 - 6.1.2. Não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer ente federativo, conforme previsto no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;
 - 6.1.3. Não ter sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;
 - 6.1.4. Não ter registro de sanção, com efeito impeditivo de participação em licitação ou de contratação, nos cadastros a que se referem o artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013 e o artigo 5º do Decreto Estadual nº 60.106/2014;
 - 6.1.5. Não ter sido proibida pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, de Lei Federal nº 12.529/2011;
 - 6.1.6. Não estar proibida de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

- 6.1.7. Não ter sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- 6.1.8. Não ter sido declarada inidônea para contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- 6.1.9. Não ter sido suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;
- 6.1.10. Não ser sociedade cooperativa, tendo em vista a vedação constante do § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011;
- 6.1.11. Não estar em situação de insolvência, liquidação, regime de administração especial temporária ou intervenção, ou ainda, ter falência decretada por sentença judicial;
- 6.1.12. Não ser controlada, controladora, e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente, nos termos definidos na Lei Federal nº 6.404/1976, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira da CONCESSIONÁRIA, ou de seus ACIONISTAS, assim como não ter participado dos projetos de engenharia e fornecimentos dos equipamentos ou sistemas, como empresa, consórcio ou membro de consórcio, nem ter participado do processo licitatório da CONCESSÃO;
- 6.1.13. Não contar com sócios que tenham participação direta ou indireta na administração ou no quadro societário da CONCESSIONÁRIA; e
- 6.1.14. Não possuir entre os membros da equipe técnica vinculada aos FISCALIZADORES e ao APOIO TÉCNICO: (a) servidor ou dirigente do órgão/entidade responsável pela gestão ou acompanhamento do CONTRATO, observado o item 7.4 do EDITAL; (b) pessoa que tenha sido, no período compreendido entre os últimos 6 (seis) meses contados da data da publicação do EDITAL até o momento da atuação dos FISCALIZADORES e do APOIO TÉCNICO, servidor ou dirigente do órgão/entidade contratante/responsável pela LICITAÇÃO, observado o item 7.4 do EDITAL, ou ainda servidor ou dirigente da CPTM; (c) pessoa que tenha atuado na formulação dos documentos da LICITAÇÃO; e (d) pessoa que seja ou que tenha sido, nos últimos 6 (seis) meses, dirigente, gerente, empregado, contratado terceirizado ou sócio dos acionistas da CONCESSIONÁRIA.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

- 6.1.14.1. Os requisitos dos itens 6.1.12, 6.1.13 e 6.1.14 deste ANEXO deverão ser atendidos, inclusive, por eventuais subcontratados das empresas ou consórcio de empresas contratadas pela CONCESSIONÁRIA para desempenho das funções tratadas neste ANEXO, sendo facultado, ao PODER CONCEDENTE, no caso de desatendimento, o exercício da prerrogativa a que alude ao item 5.9 deste ANEXO.
- 6.2. Os FISCALIZADORES e o APOIO TÉCNICO deverão, comprovadamente, ter executado serviços, com experiência mínima de 2 (dois) anos, o que poderá ser comprovado por qualquer documento idôneo, admitindo-se autodeclaração de experiência apenas se acompanhada de documentos capazes de demonstrar a veracidade das informações, com características semelhantes aos seguintes:
- 6.2.1. No caso do AUDITOR INDEPENDENTE:
- 6.2.1.1. Certificação/verificação/processos de exame e validação de sistemas e obras;
 - 6.2.1.2. Gerenciamento;
 - 6.2.1.3. Supervisão; e
 - 6.2.1.4. Fiscalização e controle.
- 6.2.2. No caso do VERIFICADOR INDEPENDENTE:
- 6.2.2.1. Fiscalização ou verificação independente de projetos qualificáveis, nos termos do artigo 1º, §2º, da Lei Estadual nº 16.933/2019, como um contrato de parceria;
 - 6.2.2.2. Avaliação de indicadores de desempenho; e
 - 6.2.2.3. Fiscalização e controle.
- 6.2.3. No caso do APOIO TÉCNICO:
- 6.2.3.1. Monitoramento e acompanhamento de contratos de concessão comum, administrativa ou patrocinada;
 - 6.2.3.2. Acompanhamento de obras;
 - 6.2.3.3. Emissão de relatórios; e
 - 6.2.3.4. Fiscalização e controle.
- 6.3. A experiência requerida nos itens 6.2.1 a 6.2.3 deste ANEXO poderá ser

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

comprovada pela própria empresa ou consórcio de empresas, ou por profissional técnico especializado, desde que acompanhados da documentação de que trata o item 6.4 deste ANEXO.

- 6.3.1. Os serviços previstos nos itens 6.2.1 a 6.2.3 deste ANEXO deverão ser comprovados em empreendimentos com valor mínimo de investimento de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de Reais), abrangendo ao menos uma das exigências descritas em cada um dos itens citados.
- 6.4. A capacitação técnica dos integrantes das equipes deverá estar refletida na apresentação da relação dos profissionais que integrarão a equipe técnica dos FISCALIZADORES e do APOIO TÉCNICO, integrantes ou não do correspondente quadro funcional, a qual deverá ser acompanhada de:
 - 6.4.1. Declaração de cada profissional indicado, concordando com sua inclusão na equipe; e
 - 6.4.2. Currículo de cada profissional indicado, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, data de nascimento, nacionalidade, função proposta, vínculo, instrução, cursos de extensão, pós-graduação, discriminação dos serviços ou projetos que participou, com identificação do cliente.
- 6.5. Os profissionais indicados para compor a equipe técnica do AUDITOR INDEPENDENTE e do APOIO TÉCNICO, visando ao cumprimento do escopo das certificações, deverão ser devidamente qualificados profissionalmente para as devidas certificações, com emissão de relatórios e/ou laudos técnicos de aferição do cumprimento de todos os requisitos, diretrizes e especificações técnicas constantes do CONTRATO, relacionadas aos EMPREENDIMENTOS e INTERVENÇÕES, com observância das normas nacionais e internacionais e demais técnicas e métodos aplicáveis à complexidade de obras metroferroviárias, incluindo:
 - 6.5.1. Engenheiro coordenador geral;
 - 6.5.2. Engenheiro civil em obras;
 - 6.5.3. Engenheiro civil em via permanente;
 - 6.5.4. Engenheiro eletricista em sistemas de energia;
 - 6.5.5. Engenheiro eletricista em sistemas de sinalização;
 - 6.5.6. Engenheiro eletricista e/ou mecânico, especialista em material rodante de tração elétrica;
 - 6.5.7. Engenheiro ambiental;

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

6.5.8. Economista;

6.5.9. Advogado; e

6.5.10. Contador.

6.5.10.1. Para cada uma das especialidades indicadas no item anterior, será exigido que pelo menos 1 (um) dos profissionais tenha formação e experiência compatíveis com o exercício de coordenação das respectivas áreas, conforme a tabela abaixo:

Profissional	Formação	Experiência
ENGENHEIRO COORDENADOR GERAL	Curso Superior de Engenharia	No mínimo 10 (dez) anos dedicados como coordenador líder de equipe de gerenciamento e fiscalização de empreendimento de grande porte voltado para sistemas de transporte metroferroviário, e/ou portos, e/ou aeroportos, cujo investimento mínimo tenha sido de R\$ 120.000.000,00.
ENGENHEIRO CIVIL ESPECIALISTA EM OBRAS	Curso Superior de Engenharia Civil	No mínimo 05 (cinco) anos em atividades relacionadas a obras civis em empreendimento de grande porte voltados para sistemas de transporte metroferroviário, e/ou portos, e/ou aeroportos, cujo investimento mínimo tenha sido de R\$ 120.000.000,00.
ENGENHEIRO CIVIL ESPECIALISTA EM VIA PERMANENTE	Curso Superior de Engenharia Civil	No mínimo 05 (cinco) anos em atividades relacionadas a via permanente em sistemas de transporte metroferroviário.
ENGENHEIRO ELETRICISTA ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE ENERGIA	Curso Superior de Engenharia Eletricista Modalidade Eletrotécnica	No mínimo 05 (cinco) anos em atividades relacionadas a Sistemas Elétricos com experiência em projetos e/ou implantação de Sistemas de Tração, Média e Baixa Tensão.
ENGENHEIRO ELETRICISTA ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO	Curso Superior de Engenharia Eletricista Modalidade Eletrônica	No mínimo 05 (cinco) anos em atividades relacionadas a Sistemas Eletrônicos, com experiência em projetos e/ou implantação de Sistemas de Sinalização Metroferroviários.
ENGENHEIRO ESPECIALISTA EM MATERIAL RODANTE DE TRAÇÃO ELÉTRICA	Curso Superior de Engenharia Eletrotécnica e/ou Engenharia Mecânica	No mínimo 05 (cinco) anos em atividades relacionadas a projetos e/ou implantação de Material Rodante de Tração Elétrica.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

ENGENHEIRO AMBIENTAL	Curso Superior de Engenharia Ambiental	No mínimo 05 (cinco) anos em atividades relacionadas a licenciamento ambiental, manejo de vegetação e áreas contaminadas.
ECONOMISTA	Curso Superior de Economia	No mínimo de 05 (cinco) anos em atividades relacionadas à análise de viabilidade Econômico-Financeira de Projetos de Concessão.
ADVOGADO	Curso Superior de Direito	No mínimo de 05 (cinco) anos em atividades relacionadas a contratos de concessão comum, administrativa ou patrocinada.
CONTADOR	Curso Superior em Ciências Contábeis	No mínimo de 05 (cinco) anos em atividades financeiras, contábeis, fiscais, análise de balanços e avaliação de acervos patrimoniais.

6.5.10.2. O AUDITOR INDEPENDENTE e o APOIO TÉCNICO deverão mobilizar, se necessário, especialistas de renome para compor pareceres específicos sobre questões surgidas durante o desenvolvimento da implantação dos INVESTIMENTOS constantes dos ANEXOS, inclusive para participação de reuniões com discussão de casos.

6.6. Dentre os profissionais indicados para compor a equipe técnica do VERIFICADOR INDEPENDENTE, visando ao cumprimento do escopo de avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO, deverão necessariamente estar relacionados técnicos devidamente qualificados profissionalmente para as devidas atuações de aferição do cumprimento de todos os INDICADORES DE DESEMPENHO relacionados no ANEXO III.D, com observância das normas nacionais e internacionais e demais técnicas e métodos aplicáveis à operação e manutenção metroferroviárias, incluindo:

- 6.6.1. Engenheiro / administrador para a coordenação geral;
- 6.6.2. Técnico em edificações com experiência em via permanente;
- 6.6.3. Técnico em eletrotécnica com experiência em tração elétrica;
- 6.6.4. Técnico em eletrônica com experiência em sistemas de sinalização e telecomunicações;
- 6.6.5. Técnico em mecânica com experiência em material rodante; e
- 6.6.6. Matemático com experiência em processos estatísticos.
 - 6.6.6.1. Para cada uma das especialidades indicadas no item anterior será exigido que pelo menos 1 (um) dos profissionais tenha formação e experiência compatíveis com o exercício de coordenação das respectivas áreas,

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC Eixo Norte

conforme a tabela abaixo:

Profissional	Formação	Experiência
ENGENHEIRO / ADMINISTRADOR COORDENADOR GERAL	Curso Superior de Engenharia / Administração de Empresas	No mínimo 5 (cinco) anos dedicados como coordenador líder de equipe de gerenciamento e fiscalização de empreendimento voltado para sistemas de transporte.
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	Curso Técnico de Nível Médio Modalidade Edificações	No mínimo 03 (três) anos em atividades relacionadas a via permanente em sistemas de transporte metroferroviário.
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	Curso Técnico de Nível Médio Modalidade Eletrotécnica	No mínimo 03 (três) anos em atividades relacionadas a Sistemas de Tração, Média e Baixa Tensão.
TÉCNICO EM ELETRÔNICA	Curso Técnico de Nível Médio Modalidade Eletrônica	No mínimo 03 (três) anos em atividades relacionadas a Sistemas de Sinalização Metroferroviários.
TÉCNICO EM MECÂNICA	Curso Técnico de Nível Médio Modalidade Mecânica	No mínimo 03 (três) anos em atividades relacionadas a Material Rodante de Tração Elétrica.
MATEMÁTICO	Curso de Licenciatura em Matemática	No mínimo 03 (três) anos em atividades de cálculos estatísticos.

- 6.6.6.2. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá mobilizar, se necessário, especialistas para revisar e ajustar os parâmetros dos INDICADORES DE DESEMPENHO, bem como para dirimir questões surgidas durante a apuração desses indicadores, em conformidade com os levantamentos, medições e cálculos apresentados, inclusive para participação de reuniões com discussão de casos.